

61.6%: 99.19

Elementos de Administração

**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Elementos de Administração

Atena Editora
Ponta Grossa - 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração [recurso eletrônico] / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-174-9

DOI 10.22533/at.ed.749191303

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este segundo volume, composto por quinze capítulos, contempla trabalhos com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações e está dividido em quatro partes.

A primeira parte deste volume compreende quatro capítulos que reúnem estudos sobre liderança e desenvolvimento corporativo, proporcionando ao leitor uma compreensão sobre o papel da liderança na gestão e na motivação da equipe, assim como a importância do desenvolvimento humano nas organizações. A segunda parte contempla três capítulos que abordam o comportamento humano nas organizações, suas relações e o processo de estruturação da carreira. A terceira parte deste volume agrega dois capítulos que desenvolvem pesquisas sobre a diversidade nas organizações, proporcionando aos leitores a reflexão sobre a pluralidade dos indivíduos, por meio de dois estudos que abordam a homossexualidade no contexto do trabalho. Na quarta parte deste volume, são apresentados seis capítulos que abordam o comportamento do consumidor, possibilitando a compreensão dos fatores que motivam a compra de bens e a utilização de serviços, bem como outras relações que são desenvolvidas entre o consumidor e as organizações.

Dessa forma, este segundo volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega às áreas de gestão de pessoas e de marketing à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão de pessoas e de marketing, por meio da ampla discussão sobre liderança, comportamento organizacional, diversidade e comportamento do consumidor.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – PARADIGMAS, ESTILOS E MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1 1

AGENDA 21: A GOVERNAMENTALIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Talita Ravagnã Piga

Nicole Cerci Mostagidoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913031

CAPÍTULO 2 16

A “CONTRA REFORMA” DO ESTADO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alessandra Aparecida Soares Calil

Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.7491913032

CAPÍTULO 3 23

O JEITINHO BRASILEIRO COMO A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DA TEORIA BRASILEIRA DA ADMINISTRAÇÃO. UM CASO NA GESTÃO PÚBLICA

Ary Luiz de Oliveira Peter Filhodoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913033

CAPÍTULO 4 42

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA: QUAIS OS RISCOS DA EXCELÊNCIA?

Roberto Alexandre Braga Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.7491913034

PARTE II – CASOS APLICADOS NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 5 49

RESOLVE PALMAS: A INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PRATICIDADE DA INOVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE PALMAS – TO

Romário Rocha do Nascimento

André Luiz Goffi

DOI 10.22533/at.ed.7491913035

CAPÍTULO 6 68

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E COMPRAS NA PETROBRAS: UM ESTUDO SOBRE OS RELATÓRIOS DA INSTITUIÇÃO NO PERÍODO 2016 A 2017

Eni Oliveira

Bárbara Oliveira de Moraes

Adalberto Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.7491913036

CAPÍTULO 7 84

O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

André Luís Baumhardt Zuliani

Mikaela Daiane Prestes Floriano

Isabela Braga da Matta

Leonardo Antônio Perez Rissotto

DOI 10.22533/at.ed.7491913037

PARTE III – FATOR HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

CAPÍTULO 8 100

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS PRÓ-REITORIAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Wellington Matias Salomoni Mansano

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Leandro Sauer

Geraldino Carneiro de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.7491913038

CAPÍTULO 9 117

PRÁTICAS DE TD&E ADOTADAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Lana Montezano

Fernanda Drummond Ruas Gaspar

Rafaela Marcolino

DOI 10.22533/at.ed.7491913039

CAPÍTULO 10 132

GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES EM UM AMBIENTE DE MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Luiz Cláudio Ribeiro Machado

Leonardo Rodrigues Ferreira

Walber Santos Baptista

Danuzio Weliton Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130310

PARTE IV – GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 11 140

A ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESCOLARES A PARTIR DA GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE): UM ESTUDO EM UNIDADE ESCOLAR PÚBLICA NA REGIÃO SUL FLUMINENSE

Ellen Oliveira de Menezes

Janaína Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.74919130311

CAPÍTULO 12 157

A EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA EM RELAÇÃO A DOIS OBJETIVOS DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Fillipe Maciel Euclides

DOI 10.22533/at.ed.74919130312

CAPÍTULO 13 172

EFEITOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A RENDA: DISPARIDADES REGIONAIS

Kalu Soraia Schwaab

Paulo Sergio Ceretta

Vanessa Rabelo Dutra

DOI 10.22533/at.ed.74919130313

**PARTE V – GESTÃO PÚBLICA, COMBATE À POBREZA E CRESCIMENTO
ECONÔMICO**

CAPÍTULO 14 189

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA PARA O AUMENTO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE
COMBATE À POBREZA

Cláudio André Gondim Nogueira

Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte

DOI 10.22533/at.ed.74919130314

CAPÍTULO 15 208

COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS: QUÃO DIFERENTES SÃO SEUS
EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fillipe Maciel Euclides

Fernanda Maria de Almeida

Fernanda Aparecida Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130315

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS: QUÃO DIFERENTES SÃO SEUS EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fillipe Maciel Euclides

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais

Fernanda Maria de Almeida

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais

Fernanda Aparecida Silva

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo identificar os efeitos médios que o comércio internacional possui sobre a renda dos Estados brasileiros e, ainda, observar para quais unidades federativas este comércio possuiu maiores efeitos sobre a renda, entre 1999 e 2009. As variações nas rendas dos estados foram explicadas a partir de variáveis como abertura comercial, gastos do governo, taxa de analfabetismo e nível de investimentos. Além disso, foram usadas variáveis específicas para captar as variações nos efeitos do referido comércio sobre a renda de cada uma das 27 Unidades da Federação. Utilizou-se como método de estimação, na equação com dados em painel, o Método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios, como forma de captar o efeito dinâmico da renda, além de tratar da endogeneidade inerente às variáveis em

estudo. Os resultados comprovam o caráter dinâmico da renda e os efeitos positivos do comércio internacional sobre a renda dos estados. De forma específica, verificou-se que a abertura comercial teve efeitos assimétricos, beneficiando prioritariamente os estados detentores dos maiores PIBs. Desse modo, conclui-se que apesar de o comércio internacional ser, de forma geral, fator relevante para o crescimento da renda média das unidades federativas brasileiras, o aumento da abertura comercial e da integração internacional podem gerar efeitos assimétricos sobre os estados, de forma a contribuir para economias ainda mais divergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio internacional, renda, dados em painel.

ABSTRACT: This study aimed to identify the average effects that international trade has on the income of the Brazilian states and also to identify the states for which trade liberalization has greater impacts on income between 1999 and 2009. For this, we used a model to explain variations in income from the states of variables such as trade openness, government spending, literacy rate and level of investment. In addition, we used specific variables to capture changes in the effects of such trade on the income of each of the 27 states. Therefore, it was used as

the estimation method, for the equation with panel data, the least squares method Two Stage, so as to capture the dynamic effect of income, and address the endogeneity inherent variables. The results showed the dynamic character of income and, as expected, the positive effects of international trade on income states. Specifically, the results also showed that trade liberalization benefited over the states with the largest GDPs. Thus, it is concluded that the lowest-income states are only will benefit from such trade from the moment you get higher economic growth internally.

KEYWORDS: International trade, income, panel data.

1 | INTRODUÇÃO

O cientificismo dos últimos séculos resultou em um desenvolvimento comercial que pouquíssimos poderiam prever. A tomada de decisão à luz da racionalidade instrumental proporcionou que humanidade evoluísse da energia oriunda do carvão à energia proveniente do átomo. Especificamente, nos últimos cinquenta anos, com o advento dos novos meios de comunicação e transporte, o mundo se transformou em uma verdadeira aldeia global e o comércio internacional assumiu proporções determinantes.

Apesar da reconhecida importância do comércio internacional nos dias atuais, diversos autores, desde os primeiros passos das ciências econômicas, identificam o comércio entre as nações como um dos alicerces para o desenvolvimento econômico. Economistas clássicos como Smith e Ricardo, e mais recentemente Heckscher - Ohlin, acreditam que os países, ao se particularizem na fabricação de bens aos quais detêm vantagens comparativas, promovem ganhos de escala em suas economias, de forma a impactar positivamente o seu produto interno bruto (PIB). Ainda para essa vertente, a abertura comercial, através da comercialização de bens com alto teor tecnológico, resultaria também na propagação da inovação e do conhecimento (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010; GROSSMAN; HELPMAN, 1990, 1991).

O argumento tradicional em defesa do livre comércio, derivado dessa concepção da economia clássica, é baseado, assim, nos ganhos pela especialização e troca. A especialização permitiria que cada indivíduo possa usufruir de um padrão de vida bem maior do que se tivesse que fabricar todos os bens sozinho, além de possibilitar acesso a um sortimento infinitamente maior de bens e serviços. O comércio entre as nações seria somente uma ampliação dessa divisão de trabalho. E é essa divisão social a responsável pelo aumento da produtividade, que por sua vez seria um importante fator do desenvolvimento das sociedades (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Para um segundo grupo de pesquisadores, porém, o comércio internacional produz uma assimetria de resultados – podendo até prejudicar determinadas economias – que varia de acordo com as especificidades de cada país (ARRUDA et al., 2013). Nesse sentido, se uma determinada economia se particularizar na produção de bens de menor valor agregado, em detrimento a produtos de maior complexidade,

é possível que a balança comercial deste país seja deficitária, afetando negativamente seu crescimento (GROSSMAN; HELPMAN, 1990, 1991).

Dentre outras considerações destes e outros estudos da área, observa-se que, em geral, as explicações teóricas a respeito do comércio internacional são baseadas em seu próprio tempo e devem ser interpretadas em seu contexto histórico. Isto significa que, para determinado país ou mesmo estado, certo arcabouço teórico poderia explicar um fluxo de comércio particular em determinado momento, contudo, com as diversas alterações ao longo do tempo nos processos de industrialização, acumulação de capital, inovações tecnológicas e de crescimento das empresas é provável que haja variações no poder explicativo dessas teorias.

Os estudos empíricos realizados no Brasil sobre os efeitos da abertura comercial na economia dos estados brasileiros não diferem da multiplicidade de resultados observados no contexto internacional. Enquanto Magalhães et al. (2007), ao analisar o efeito líquido do comércio internacional no crescimento econômico dos estados brasileiros, entre 1989 a 2002, identificaram impactos positivos da abertura comercial e do tamanho – em termos de PIB e população - sobre o crescimento econômico (ARRUDA et al., 2013). Por outro lado, Arruda et al. (2013) observaram que a abertura comercial resultou em um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre a renda per capita dos estados brasileiros, os autores demonstraram ainda que aumento de 1% no grau de abertura comercial do país derivaria em uma redução de 0.07% no produto interno dos estados.

Ao observar a crescente importância do comércio internacional em um contexto de globalização e perceber a possibilidade de diferentes efeitos desse comércio a partir das especificidades de cada país, o presente trabalho busca responder, considerando o período de 1999 a 2009, como o comércio internacional afetou o crescimento do nível de renda das unidades federativas em um país emergente e heterogêneo como o Brasil, como essa variação ocorreu nos estados e de que modo esses efeitos se diferenciam de acordo com cada unidade em questão.

Para responder estes objetivos e averiguar tais efeitos, o presente estudo utilizará, a partir do método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios, de modelos dinâmicos para dados em painel, os quais levam em consideração em suas estimativas o caráter endógeno existente entre as variáveis do modelo.

A justificativa desse estudo deriva das poucas pesquisas presentes na literatura nacional acerca dos efeitos do comércio internacional sobre a renda dos estados brasileiros, bem como da falta de informações a respeito das unidades federativas que mais se beneficiam com a abertura comercial do país. Adicionalmente, essa análise permite ampliar o debate acerca do tema possibilitando a orientação de políticas públicas para cada estado, como por exemplo, políticas de incentivo a expansão de sistemas produtivos voltados ao comércio internacional. Essa discussão se torna relevante pois, sendo positivos os efeitos das transações internacionais sobre o crescimento econômico dos estados, a ampliação do comércio possibilita a maior geração de

empregos, a adoção de novas tecnologias e, conseqüentemente, a elevação da renda da população.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Diferentes estudos analisaram os efeitos da abertura comercial sobre a renda dos países. Referências na área, Greenaway, Morgan e Wright (2001) concluíram que o comércio internacional é um dos principais meios que fomenta o crescimento econômico, e que a abertura comercial deve ser acompanhada por políticas econômicas que possibilitem maior êxito no desenvolvimento de certas regiões. Em contrapartida, Rodriguez e Rodrik (2000) acreditam que a abertura comercial pode não se mostrar determinante para crescimento econômico dos países, porém, para tais autores, as barreiras comerciais desempenham de forma contundente um papel negativo sobre a renda.

Lee (2010) investigou em que grau as características tecnológicas das exportações afetam o crescimento econômico de 71 países selecionados no período de 1970 a 2004. Os resultados demonstraram que as economias tendem a crescer mais quando há especialização na exportação de produtos de alto valor agregado. Byrge e Pakko (2006) mostraram a relação entre políticas comerciais de abertura externa e crescimento econômico, e concluíram que países com maior liberalização ao comércio internacional apresentaram taxas de crescimento econômico cerca de 0,7 pontos percentuais acima que países aos quais restringiram sua inserção externa.

É interessante observar que mesmo com as incertezas a respeito dos diferentes resultados que a abertura comercial provoca nos países, chama a atenção o otimismo sobre a liberalização do comércio internacional, difundido por órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma possível explicação, apontada por Rodrik (1999), é que essa defesa do livre comércio se deve, em parte, pelo acanhado crescimento econômico proporcionado pelas políticas de substituição de importações, observado em diversos países. Portanto, é possível que esse liberalismo externo, difundido atualmente, esteja sendo tão superestimado, quanto às políticas de substituição de importações foram no passado (ARRUDA, et al., 2013).

Sobre as principais pesquisas sobre a abertura comercial em âmbito nacional, Koshiyama (2008), ao avaliar a ligação entre a abertura internacional e crescimento no Brasil sobre o período de 1947 a 2006, verificou que o crescimento da economia brasileira é, em geral, liderado pelas exportações (*export-led growth*); e no âmbito regional, os resultados observados apontam para que as exportações e o crescimento dos estados brasileiros demonstram uma associação de causalidade bidirecional. Já Sarquis (2011) analisou as conexões entre comércio internacional e crescimento econômico brasileiro, concluindo que os benefícios de crescimento do país e sua inserção comercial dependem não só de políticas estruturais, educacionais,

tecnológicas, comerciais e industriais, mas também de políticas macroeconômicas e financeiras, domésticas e externas, capazes de garantir condições competitivas no comércio externo.

Por fim, Arruda et al. (2013) analisaram se a abertura comercial brasileira resultou em crescimento da renda de seus estados ou se esta foi gerada por outros fatores já difundidos na literatura, como o capital físico e humano. Os autores verificaram também, se os efeitos do comércio sobre o crescimento econômico são diferentes ao considerar os aspectos regionais. Os resultados evidenciaram que a abertura comercial impactou negativamente o nível de renda per capita das unidades de federação do Brasil. Entretanto, Almeida e Gomes (2013), ao analisarem os efeitos do comércio internacional no desempenho econômico dos estados brasileiros, empregando o modelo de dados em painel dinâmico com o método de momentos generalizados (GMM), confirmaram os efeitos positivos do comércio internacional sobre o desempenho econômico. Ademais, verificaram que 44% das unidades federativas apresentaram desempenho econômico acima da média durante o período de análise, 1995 a 2010.

3 | METODOLOGIA

Para determinar os efeitos ou as influências que a abertura comercial tem sobre a renda dos estados brasileiros, entre 1999 a 2009, destacando-se os aspectos regionais, estimou-se uma regressão de dados em painel, que tem como modelo geral a seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que Y_{it} indica a renda do respectivo estado; α_i refere-se é um componente fixo que capta a heterogeneidade entre as unidades de análise; X_{it} é um vetor de variáveis explicativas nas quais encontram-se: abertura comercial de cada estado i no ano t , representada pela soma das exportações e das importações; gastos do governo do estado i no ano t ; taxa de analfabetismo em relação ao tamanho da população; despesas com investimento; e, ε_{it} , que refere-se ao termo de erro aleatório. Além disso, foram incluídas variáveis *dummies* (*dummies* de inclinação) para captar o impacto da abertura comercial sobre a renda de cada estado em específico.

A equação (1) foi estimada pelo método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios e, com isso, leva em consideração nas estimativas o caráter endógeno existente entre as variáveis do modelo.

No que se refere à fonte dos dados, as variáveis PIB, gastos do governo e população foram obtidas no IBGE (2012). A abertura comercial (soma das exportações e importações) foi obtida no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2012), a taxa de analfabetismo no IPEA (2012) e as despesas com investimentos no Ministério da Fazenda-Tesouro Nacional (2012).

4 | RESULTADOS

Neste item realiza-se a descrição dos resultados acerca dos efeitos do comércio internacional sobre a renda dos estados brasileiros. Primeiramente são mostradas as estatísticas descritivas das variáveis usadas no modelo e, posteriormente, apresentados e discutidos o modelo estimado.

Para avaliar o impacto da abertura comercial e os potenciais efeitos assimétricos do comércio internacional sobre a renda das diferentes unidades federativas brasileiras, foram coletadas informações anuais em nível estadual, considerando o período entre 1999 a 2009 para os 26 estados e Distrito Federal. A Tabela 1 reporta as estatísticas descritivas das variáveis PIB, abertura comercial, população, gastos do governo, taxa de analfabetismo e despesa com investimento.

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>PIB em Milhões de R\$</i>	74.462,02	141.638,4	1.569,6	1.084.354,00
<i>Abertura Comercial em Milhões de R\$</i>	15.189,44	30.977,73	3,69	227.585,30
<i>População em milhões</i>	6,67	7,95	0,27	41,66
<i>Gastos do Governo em Milhões de R\$</i>	8.423,45	14.009,97	324,78	112.195,6
<i>Taxa de Analfabetismo %</i>	13,92	7,74	2,82	33,39
<i>Despesa com Investimento em Milhões de R\$</i>	899,55	1.471,78	34,14	15.198,12

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis usadas no modelo de análise

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Em relação à estatística variável PIB, observa-se a disparidade existente entre os PIBs estaduais brasileiros no desvio padrão da variável, mensurado em 141,638 bilhões de reais. Com média de 74, 462 bilhões de reais por PIB federativo, o maior valor é verificado no estado de São Paulo em 2009, avaliado em 1,084 trilhão de reais, e o menor montante em Roraima, no ano de 1999, com cerca de 1,529 bilhão de reais.

Sobre a abertura comercial, em que se soma as importações mais exportações de cada estado, destacam-se o estado de São Paulo detentor da maior abertura comercial avaliada em 227,685 bilhões de reais no ano 2008, e o estado do Acre que registrou em 1999, 3,69 bilhões de reais, o menor do período. A média da abertura comercial é de 15,189 bilhões de reais e seu desvio padrão foi avaliado em 30,977 bilhões de reais – demonstrando a variabilidade dos dados entre as unidades federativas.

A variável população apresenta média de 6,670 milhões de habitantes por estado considerando os 11 anos analisados. Seu menor valor foi registrado em Roraima em

1999, com cerca de 270 mil habitantes, e seu maior valor ocorreu no estado de São Paulo em 2007, com cerca de 41,66 milhões de habitantes.

Sobre os gastos do governo, observa-se, em média, um gasto de cerca de 8,423 bilhões de reais por estado. O gasto mínimo registrado foi de 324,78 milhões no estado de Roraima em 1999 e o maior gasto ocorreu no estado do Paraná em 2009 avaliado em 112,195 bilhões de reais. O desvio padrão foi de 14 bilhões de reais, 66% maior que a média da variável, o que mostra a discrepância entre os dados analisados.

Em relação à taxa de analfabetismo, tem-se a média das taxas entre os estados brasileiros em torno de 13,92%, sendo o estado do Amapá aquele com a menor taxa avaliada, em 2,82% no ano de 2009, e a maior taxa observada em Alagoas, avaliada em 33,39% no ano de 2000.

Sobre despesas com investimento, a variável apresenta uma média de 899,55 milhões de reais por estado. Seu valor mínimo de 34,14 milhões foi registrado no estado do Piauí em 2000, e seu valor máximo de 15,198 bilhões de reais foi observado em São Paulo no ano de 2009. O desvio padrão foi quantificado em 1,471 bilhões de reais, 63% maior que a média observada, corroborando a alta variabilidade dos dados.

No que se refere aos resultados das estimativas da equação proposta para identificar os efeitos do comércio internacional sobre a renda dos estados, além dos efeitos das outras variáveis determinantes em questão, tem-se na Tabela 2 os coeficientes estimados, os erros-padrão e as respectivas significâncias estatísticas, além de uma medida de qualidade de ajuste do modelo (estatística F).

Variáveis	Coeficientes estimados
<i>Renda defasada (-1)</i>	0,594 (0,049)***
<i>Abertura Comercial</i>	0,322 (0,097) ***
<i>Gastos do Governo</i>	-0,021 (0,346)ns
<i>Taxa de Analfabetismo/ população</i>	1,319 (1,369)ns
<i>Despesa com Investimento</i>	0,264 (0,042) ***
Nº Obs.	297
Estatística F	4266,73

Tabela 2: Resultados do modelo estimado

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Os valores entre parênteses são os erros-padrão estimados e *, **, *** correspondem significância estatística em níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente; ns indica ausência de significância estatística.

As estimativas feitas pelo método de Mínimos Quadrados em Dois Estágios, cujas variáveis explicativas defasadas foram utilizadas como instrumentos, mostram, mediante a estatística F, que o modelo tem boa qualidade de ajustamento.

Na análise individual, observa-se que apenas as variáveis gastos dos governos estaduais e analfabetismo em relação à população não foram estatisticamente relevantes para explicar as variações nas rendas dos estados. Como estes coeficientes apontam efeitos médios que consideram todos os estados de forma conjunta, apesar da ausência de significância estatística de tais variáveis, é possível que, para algum estado, as mesmas possam afetar a renda, que é desigual ao longo do tempo para os estados.

Quanto à variável que representa a renda defasada, PIB defasado, foi possível confirmar o caráter dinâmico da renda para os estados como um todo. Conforme o esperado, a renda média dos estados aumenta em função de aumentos passados na mesma, ou seja, cada aumento de 1% na renda corrente pode contribuir para o aumento da renda do período subsequente, em média, em 0,59%. Dessa forma, o crescimento econômico de determinado estado no presente está relacionado com uma maior possibilidade do crescimento do produto interno bruto se manter no futuro, confirmando a existência de uma dinâmica de renda na economia. De forma similar, Arruda et al. (2013) verificaram que um aumento de 1% na renda per capita do período anterior, ocasionou um aumento de 0,8% na renda per capita dos estados brasileiros no período seguinte.

No que se refere ao comércio internacional, representado aqui pela soma das importações com as exportações de cada estado em cada período de tempo, pode-se inferir que tal comércio, de modo geral, foi benéfico aos estados brasileiros. Em média, aumentos de 1% na abertura comercial de cada estado, *ceteris paribus*, resulta em um incremento médio de 0,32% na renda destes. Este resultado foi corroborado por Barbosa (2007), que ao analisar o período de 1996 a 2005, constatou que as exportações como um todo contribuíram com 0,35% para o crescimento econômico dos estados brasileiros.

Por fim, a outra variável que se mostrou significativa para explicar as variações médias no crescimento das rendas dos estados brasileiros foi aquela que compreende as despesas estaduais com investimentos. Tais investimentos estão ligados às despesas com capital, ou seja, gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente. Assim, conforme esperado, os investimentos, por contribuírem com a geração de emprego e com o setor produtivo e vendas, contribuem para a renda dos estados de tal forma que, para cada aumento de 1% nessas despesas, as rendas estaduais aumentam, em média, em 0,26%. Segundo a Divino e Silva Júnior (2012), as despesas de capital podem impactar positivamente o crescimento econômico por representarem gastos com planejamento e execução de obras. Todavia, os autores ressaltam que a relação positiva entre investimento e renda depende fundamentalmente da eficácia dos órgãos governamentais e da qualidade

das instituições.

Para captar o efeito da abertura comercial na renda de cada estado em específico, utilizou-se uma *dummy* multiplicativa para cada unidade federativa, de modo a identificar o quanto esse comércio cresceu em sua renda individual. Assim, na Tabela 3 são apresentados os coeficientes calculados com o incremento daquele da abertura comercial sobre as rendas estaduais, bem como o ranking dos estados de acordo com o maior impacto do referido comércio para a renda. Ressalta-se que, a cada 1% de aumento na abertura comercial, *ceteris paribus*, acrescenta-se os respectivos coeficientes sobre cada renda estadual.

Colocação dos Estados com Maior Impacto da Abertura Comercial	Percentual de Acréscimo na renda, considerando 1% de aumento em sua Abertura Comercial	Posição do Estado na colocação dos maiores PIBs Estaduais no ano de 2009
1º Rio Grande do Sul	0,158	4º
2º São Paulo	0,156	1º
3º Santa Catarina	0,154	8º
4º Piauí	0,153	23º
5º Paraná	0,139	5º
6º Minas Gerais	0,138	3º
7º Paraíba	0,132	18º
8º Bahia	0,117	6º
9º Mato Grosso	0,113	14º
10º Goiás	0,089	9º
11º Rio de Janeiro	0,080	2º
12º Pará	0,067	13º
13º Rondônia	0,063	21º
14º Rio Grande do Norte	0,052	19º
15º Mato Grosso do Sul	0,045	17º
16º Sergipe	0,044	22º
17º Tocantins	0,001	24º
18º Amapá	-0,023	25º
19º Acre	-0,034	26º
20º Roraima	-0,102	27º
21º Alagoas	Ns	20º
21º Ceará	Ns	12º
21º Pernambuco	Ns	10º
21º Maranhão	Ns	16º
21º Amazonas	Ns	15º
21º Espírito Santo	Ns	11º
21º Distrito Federal	Ns	7º

Tabela 3: Classificação dos Estados com Maior Impacto da Abertura Comercial Sobre Suas Respectivas Rendas

Fonte: Dados da pesquisa.

ns indica ausência de significância estatística do coeficiente individual da *dummy* inclinação.

Ao se contrastar o primeiro ranking a respeito dos Estados que apresentam maiores impactos positivos da abertura comercial sobre sua renda, e o segundo ranking com os maiores PIBs estaduais no ano de 2009, observa-se que os seis primeiros colocados dos Estados com maior influência da abertura comercial sobre a renda (com exceção do Piauí) estão presentes nas oito primeiras posições dos Estados com maiores PIBs do país, corroborando-se assim a perspectiva teórica em que regiões com maiores rendas são mais afetadas positivamente pela abertura comercial a partir do crescimento da produtividade e da difusão tecnológica.

Por outro lado, destaca-se que os únicos três estados que têm suas rendas negativamente condicionadas à abertura comercial são justamente aqueles com os três menores PIBs do país. Observa-se, que a cada 1% de aumento da abertura comercial nos estados do Amapá, Acre e Roraima, suas respectivas rendas caem em 0,023%, 0,034% e 0,102%. Este resultado coaduna com diversas pesquisas como Herzer (2011), Kim e Lin (2009), Dowrick e Golley (2004), Grossman e Helpman (1990, 1991), as quais apontam que a abertura comercial proporciona um impacto assimétrico em localidades menos desenvolvidas, uma vez que essas economias tendem a se particularizar em produtos de menor valor agregado, de modo afetar negativamente suas condições de troca.

Por fim, em 17 das 27 Unidades da Federação Brasileira, o comércio internacional comprovadamente aumenta a renda do respectivo Estado. Para seis estados, o comércio internacional específico não altera os efeitos médios da abertura comercial sobre a renda, quais sejam: Alagoas, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Distrito Federal e Espírito Santo.

5 | CONCLUSÃO

O presente trabalho avaliou de que forma o comércio internacional afetou o crescimento do nível de renda dos Estados brasileiros entre os anos de 1999 a 2009. Ademais, quantificou os efeitos dessa abertura sobre cada Unidade Federativa (UF) e averiguou os efeitos de diferentes variáveis ligadas ao desenvolvimento na renda das UFs.

No que diz respeito as variáveis analisadas, a Renda Defasada foi aquela que apresentou o maior coeficiente positivo (e significativo) em relação às demais, observando-se ainda que as despesas com investimento também foram capazes de contribuir para acréscimos nas rendas dos Estados brasileiros. Todavia, os gastos dos governos e o grau de analfabetismo em relação ao tamanho da população não foram estatisticamente importantes para explicar as variações na renda.

Em relação a abertura comercial, observou-se uma influência positiva, estatisticamente significativa, acerca de seu impacto sobre a renda dos estados. Portanto, os resultados encontrados conduzem a conclusão de que as transações

internacionais desempenham papel relevante na determinação da renda dos estados brasileiros, uma vez que, com o maior nível de comércio externo pode-se ter, em geral, maior demanda por mão de obra, insumos e serviços, e em consequência maior crescimento econômico. Outro ponto a ser destacado é que o crescimento da economia mundial nos últimos quinze anos, em que se observou o aumento das exportações brasileiras foi responsável, em parte, pela contribuição positiva do comércio para promover a renda das unidades de federação (AEB, 2012).

Ao se contrastar o efeito da abertura comercial para cada Estado em específico da Federação, conclui-se que a abertura comercial se mostrou ainda mais benéfica aos Estados detentores dos maiores PIBs do país. Em contrapartida, os três estados com menores PIBs registraram diminuição em suas rendas como consequência da abertura comercial, de forma a confirmar a prerrogativa de que regiões mais desenvolvidas usufruem mais significativamente da abertura comercial a partir do crescimento da produtividade e da difusão tecnológica.

Esses resultados permitem a conclusão de que, apesar de o comércio internacional ser, de forma geral, fator relevante para o crescimento da renda média das unidades federativas brasileiras, observa-se a existência de um limiar de rendimento ao qual, de acordo com o estágio de desenvolvimento das unidades federativas, a abertura comercial apresenta resultados mais ou menos significativos para os estados. Isso implica em dizer que o aumento da abertura comercial e da integração internacional podem gerar efeitos assimétricos sobre os estados, de forma a contribuir para economias ainda mais divergentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.M; GOMES, M.F.M. Comércio internacional do agronegócio e seus efeitos sobre o crescimento econômico dos Estados do Brasil. 51º Congresso da Sober, Belém, PA, 2013.

ARRUDA et. al. Efeitos Assimétricos da Abertura Comercial Sobre o Nível de Renda dos Estados Brasileiros, ANPEC, Revista Economia Maio/Agosto, 2013.

AEB, ASSOCIAÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR BRASILEIRO. Radiografia Do Comércio Exterior Brasileiro: Passado, Presente e Futuro, 2012.

BARBOSA, E. Exportações estaduais e crescimento econômico no Brasil: 1996 a 2005. Dissertação (mestrado) apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.2007.

BYRGE, J.A.; PAKKO, M.R. Freedom, Trade and Growth. Economic Trends, Federal Reserve Board of Saint-Louis, 2006.

DIVINO, J. A.; SILVA JUNIOR, R. L. S. Composição dos Gastos Públicos e Crescimento Econômico dos Municípios Brasileiro. Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), v. 13, p. 507-528, 2012.

DOWRICK, S.; GOLLEY, J. Trade Openness and Growth: Who Benefits? Oxford Review of Economic Police, v. 20, n. 1, p. 38-56, 2004.

GREENAWAY, D.; MORGAN, W.; WRIGHT, P. Trade Liberalization and Growth in Developing Countries. *Journal of Development Economics*, v. 67, n. 1, p. 229-244, 2002.

GROSSMAN, G.; HELPMAN, E. **Comparative advantage and long-run growth**. *American Economic Review*. v. 80, n.4, p.796-815, 1990.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Innovation and growth in the global economy. *Cambridge*, v. 35, p. 517-526, 1991.

Herzer, D. Cross-country heterogeneity and the trade-income. Paper provided by Ibero-America Institute for Economic Research in its series relationship Ibero America Institute for Econ. Research (IAI) Discussion Papers, n. 209, 2011.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jul. de 2015.

KIM, D, H. e LIN, S, C. **Trade and Growth at Different Stages of Economic Development**. *The Journal of Development Studies*, v. 45, n. 8, p. 1211-1224, 2009.

KOSHIYAMA, D. B. **Crescimento econômico e comércio exterior: teorias e evidências empíricas para o Brasil**. Dissertação (mestrado) apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.2008. 124p.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5 ed. São Paulo: Makron, 2010.

LEE, J. **Export specialization and economic growth around the world**. *Economics Systems*, v.35, p. 45-63, 2010.

MAGALHAES, et al. **Abertura Comercial, Crescimento Econômico e Tamanho dos estados: Evidências para o Brasil**. In: Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2007.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior -MDIC. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: jul. de 2015.

Ministério da Fazenda – Tesouro Nacional. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: jul. de 2015.

RODRIGUEZ, F.; RODRIK, D. **Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence**. NBER Macroeconomic Annual 2000, Cambridge, MA, 2000.

RODRIK, D. **The New Global Economy and Developing Countries: Making Openness Work**. Overseas Development Council, Washington, DC, 1999.

ROMER, P. M. **Increasing Returns and Long-Run Growth**. *The Journal of Political Economy*, v.95, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

SARQUIS, S. J. B., (2011). **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Fundação Alexandre Gusmão. Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

SOBRE O ORGANIZADOR

Clayton Robson Moreira da Silva - Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), atuando no eixo de Gestão e Negócios. Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atua como revisor de artigos científicos em periódicos e eventos nacionais e internacionais. Desenvolve pesquisas nas áreas de Administração Pública; Controladoria; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Gestão Organizacional; e Pesquisa e Ensino em Administração e Contabilidade.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-174-9

